



A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon, Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis

A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon,
Vanessa Maurenre e Carolina dos Reis



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A pesquisa como criação de mundos [livro eletrônico] : 20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção da psicologia social / organização Fernanda Amador...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023. PDF

Vários autores.
Outros organizadoras: Simone Paulon, Vanessa Maurenente, Carolina dos Reis.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-23-8

1. Ensino superior (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica 3. Psicologia social I. Amador, Fernanda. II. Paulon, Simone. III. Maurenente, Vanessa. IV. Reis, Carolina dos.

23-168143

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e design de capa: Arnaldo Bublitz
Arte da capa: Vento não se captura, é sentido.
por Zeca Amaral (ezequiel_candidoamaral@hotmail.com)

RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE, RAÇA, DIVERSIDADE CORPORAL E OS DESAFIOS DA ABORDAGEM INTERSECCIONAL: PESQUISA ÉTICO-POLÍTICA EM CENA

Henrique Caetano Nardi

Paula Sandrine Machado

Rafaela Vasconcelos Freitas

O Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero –(NUPSEX) tem por objetivo a produção de conhecimento no campo da sexualidade, relações de gênero e raça. O grupo privilegia pesquisas voltadas à compreensão das formas como tais campos se acoplam a distintos modos de ser, a partir de uma preocupação ética e política. Nossa reflexão ética é guiada pelo princípio do direito à liberdade e do respeito à diversidade das formas de expressão de si e dos distintos modos de constituição das corporalidades. Nossa ação política se caracteriza pelas estratégias de pesquisa, bem como pela responsabilidade com o compartilhamento do conhecimento produzido no espaço público.

O Núcleo foi criado oficialmente em 2007, a partir de financiamento da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, embora nossas atividades sejam anteriores à sua oficialização. Desde a sua concepção, o NUPSEX tem buscado problematizar os vetores de subjetivação presentes no contexto sociopolítico brasileiro e internacional, mais especificamente na forma como esse se materializa no campo das políticas públicas, dos movimentos sociais, da cultura, bem como no modo como os corpos são construídos e se constroem nos processos de subjetivação, particularmente na relação com a cisheteronorma.

As principais produções do grupo tomam por base as perspectivas pós-estruturalista, dos estudos da ciência e da tecnologia, do feminismo interseccional, dos estudos queer e da teoria descolonial. Elas estão articuladas às diferentes trajetórias de suas/seus pesquisadoras/es, que buscam construir estratégias ético-políticas de pesquisa neste campo.

Neste breve capítulo, apresentaremos nossas principais perspectivas teóricas e um panorama das nossas produções como grupo nos últimos anos. Tem-se como horizonte que os âmbitos das ciências, das políticas e das sociedades são coproduzidos, como sinaliza Sheila Jasanoff (2004). Além disso, entendemos que a produção de conhecimento, em seus diversos contextos, tem uma dimensão política e prática com efeitos desiguais nos corpos, nas subjetividades, na produção das identidades e no reconhecimento de direitos. Logo, conhecer não é somente representar o real, mas demanda engajar-se, manejar e intervir nas práticas, no ponto em que elas formam realidades (Moraes & Arendt, 2013).

ACOPLAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS, FAZERES HETEROGÊNEOS E EM PROCESSO: DISPOSITIVOS PARA UMA CIÊNCIA LOCALIZADA E EM DISPUTA

Alguns conceitos operacionalizados nas pesquisas realizadas pelo grupo, desde a sua criação, remetem às definições propostas por Michel Foucault (1994a), quando o autor se refere à subjetividade como a experiência que fazemos de nós mesmos no interior de um determinado jogo de verdades. Por jogo de verdades entende-se a maneira como os saberes se legitimam como verdadeiros a partir das suas formas de enunciação, dos seus suportes materiais e institucionais, dos procedimentos para sua produção e do seu engate nas redes enunciativas (Foucault, 1994a). Embora este seja um conceito sintético, ele é complexo e denso, remetendo aos processos, às práticas e aos enunciados com efeito de verdade aos quais somos expostos e que nos são propostos ou impostos em um determinado tempo e contexto. Fazer a experiência de si é um processo contínuo, não limitado à forma individual e que, conceitualmente, recusa uma essência *a priori* do que seria o sujeito ou a subjetividade. Essa última, portanto, é designada mais como forma do que como conteúdo, respeitando somente o *a priori* histórico, como algo que nos antecede e nos excede, conforma propõe Judith Butler (2010).

Afirmar que o sujeito é um efeito dos modos e processos de subjetivação é assumir a perspectiva dos efeitos performativos daquilo que nomeamos. Assim, aponta para a ideia de que a constituição/autoconstituição do que somos depende da forma como, em cada período histórico e em cada contexto sociocultural, pensamos nossas vidas a partir das relações de poder, que oferecem/impõem um modo de ser hierarquizado pela norma, com suas regras e sanções, em um determinado tempo-contexto.

Para dar um breve exemplo do que formulamos a esse respeito — mesmo sabendo que os exemplos são sempre limitantes e reduzem a complexidade daquilo a que nos remetemos — podemos pensar que os discursos (médico, jurídico, psicológico, pedagógico, antropológico etc.), que nomeiam as homossexualidades, as travestilidades, as transexualidades e as intersexualidades como formas identitárias,

emergiram somente no século XIX e XX e têm definições distintas, dependendo da cultura na qual estão inseridos. Outras épocas e culturas tratavam isso que hoje classificamos como identidades, por exemplo, como práticas inseridas em outras cosmo-ontologias. Assim, na relação com os jogos de verdade, cada um de nós irá pensar o que “é”, o que “deve ser”; e o que “pode ser”, a partir daquelas informações validadas por formas de veridicção próprias a um determinado tempo (como as regras da ciência hoje, as da teologia em outras épocas, ou ainda os jogos políticos envolvendo as disputas entre a ciência e a religião, entre outros inúmeros arranjos possíveis) e que, de determinada maneira, adquiriram efeito de verdade.

Cabe salientar que esse “eu” que utilizamos para nos denominar tem sempre um caráter performativo, reiterado a partir do modo como nos constituímos de forma contingente na relação com as “verdades” de nosso tempo. Nessa direção, é importante inverter o *cogito* de René Descartes (cuja obra marca a emergência da ciência moderna na lógica eurocêntrica) — “penso, logo existo” —, pois há algo que pensa em mim. A configuração desse *algo-verdade* que pensa antecede e excede o sujeito, mas não o limita, pois não há forma identitária capaz de dar conta integralmente do que podemos ser, ainda que as identidades balizem nossas existências.

O conceito de gênero, por sua vez, remete a uma divisão binária e hierarquizada do feminino e do masculino que é socialmente imposta e reiterada (Nardi, 2015). Ele é o produto das relações sociais, que condicionam formas de agir e pensar designadas como masculinas aos homens e femininas às mulheres, ambas intrinsecamente ligadas à heterossexualidade compulsória (Rich, 1993). As relações de gênero são um elemento transversal em todas as esferas da vida social, o qual é dependente da cisheteronormatividade e central para a sua compreensão. Por cisheteronorma entende-se, aqui, a forma através da qual a heterossexualidade e a cisgeneridade foram naturalizadas, assim como construídas e reiteradas como a norma a partir da qual as outras expressões da sexualidade e de gênero são julgadas e hierarquizadas.

A cisheteronormatividade regula as relações entre gênero e sexualidade fazendo, entre outros efeitos, com que, no senso comum, mulheres e homens homossexuais sejam questionadas/os do ponto de vista de suas masculinidades e feminilidades e, de forma recorrente, que não sejam considerados/as como homens e mulheres “verdadeiros/as”. A norma impõe expressões de gênero limitadas a uma coerência dicotômica, complementar, hierarquizada e recíproca em relação ao sistema sexo-gênero-sexualidade, ou seja, pessoas com um corpo designado como o de mulher no nascimento devem aprender a se expressar socialmente de forma feminina e desejar homens masculinos e vice-versa. A norma funciona de forma performativa, no sentido que Judith Butler toma de John L. Austin, isto é, os enunciados não simplesmente descrevem, mas fazem o que designam. Ao mesmo tempo, tais enunciados dependem de sua reiteração constante para

funcionar (Butler, 2010). Assim, a expressão “diversidade sexual e de gênero” é um termo que, embora criticado pelo seu uso indiscriminado, remete justamente a uma contestação da norma, a qual explicita as suas fissuras e pode ter como efeito deslocamentos nos ideais regulatórios, ao designar performativamente que existem múltiplas expressões de gênero e sexualidade.

Ainda no sentido de explicitar algumas definições utilizadas, entendemos a sexualidade como um dispositivo histórico de poder (Foucault, 1976), que, a partir do final do século XVIII, se afirma, no mundo ocidental, como o conjunto de discursos e instituições que produzem um modo de subjetivação, colocando as práticas sexuais, os desejos e os afetos como centrais para a constituição do sujeito moderno. Tal dispositivo desencadeou uma incitação discursiva sobre o sexo e a sexualidade nos múltiplos campos da ciência e das instituições (jurídica, governamental, pedagógica, familiar, econômica etc.) para nortear a conduta dos indivíduos e da população no contexto das estratégias de governo da vida que caracterizam a biopolítica.

Assim, o dispositivo da sexualidade é aquilo que coloca o poder em ação, materializa o poder, faz com que ele seja posto em ato (lembrando que, para Foucault, o poder só existe em ato). É a rede dinâmica que une e faz a difusão de discursos (da medicina, do direito, da psicologia, da pedagogia etc.) e se materializa na arquitetura, na geografia social, nas estratégias de governo (as políticas públicas), no regime jurídico, nas ações da polícia, nas práticas da assistência, nas ações dos trabalhadores na saúde, na mídia e no trabalho, ou seja, aquele conjunto de instituições e práticas que produz, no cotidiano, a centralidade da sexualidade para a experiência que fazemos do que somos.

As formas de governo que se sustentam na lei e na norma nunca são neutras ou uniformes, elas são fruto dos conflitos próprios às relações de poder em uma sociedade, bem como buscam transformar ou manter o modo como uma determinada sociedade se organiza. Assim, para pensar a ação nas políticas e na legislação no campo da diversidade sexual e de gênero, não se deve analisar, de forma homogênea, a ação do governo e, tampouco, dos movimentos sociais. Nesse mesmo sentido, nos últimos anos, as perspectivas interseccionais (Brah, 2006; Crenshaw, 1991) e descolonial (Dussel, 1998; Lugones, 2008; Mignolo, 2002) têm marcado uma inflexão na maneira como o grupo se aproxima de autoras e autores do norte global, o que repercute em nossas análises e ações.

O conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw (1991), mostra, por exemplo, que cada pessoa/grupo vive de forma distinta as opressões dependendo da forma como se articulam as relações de gênero, sexualidade, classe, raça, geração, entre tantas outras. Ao operacionalizar o conceito nas análises, evita-se aquilo que Larissa MacGarrity (2014) alerta como um risco no campo dos estudos de minorias, ou seja, de tomar a experiência das e dos mais privilegiadas/os

no interior de uma minoria como uma experiência de todas/os que a compõem. Um homem *gay* branco rico norte-americano enfrenta barreiras muito distintas do que uma travesti negra brasileira pobre, por exemplo.

Nesse sentido, é importante destacar que o próprio dispositivo da sexualidade age nos processos de subjetivação de formas distintas, dependendo dos marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) que nos constituem e que balizam nossas possibilidades de agir e fazer escolhas. Ou seja, a classe, a cor da pele, a idade, o gênero e a sexualidade são marcados pela ação do dispositivo de formas distintas. Assim, o esquadramento social que marca nossas posições e possibilidades de mobilidade no campo social muda, se sou branco ou negro, homem ou mulher, cis ou trans, velho ou jovem, homossexual ou heterossexual, pobre ou rico, e, também do país, da região, da cultura onde vivemos, como já ressaltamos. A crítica descolonial e pós-colonial¹ é, portanto, fundamental nesse debate, pois nos faz pensar o lugar subalternizado e os efeitos distintos de uma legislação e de um sistema jurídico que tem uma matriz eurocêntrica (Sartori, 2017).

O dispositivo da sexualidade emerge contingentemente à modernidade, nas transformações que se afirmam na lógica capitalista liberal que marca as revoluções burguesas na Europa, embora, para as e os representantes do giro descolonial, a modernidade se instaure na invasão da América. O discurso jurídico, que emerge com a passagem da lei de deus (que marca as primeiras hierarquias coloniais do humano) à lei dos homens (nesse momento, eram os homens mesmo, pois as mulheres ainda estavam submetidas a um estatuto de infracidania ou, ainda, de propriedade), afirma, nos enunciados que o estruturam, a figura do indivíduo como central. Esse indivíduo, o “homem”, passa a ser escrutinado, esquadramado e dissecado pela ciência, sendo o discurso científico aquele que vai afirmando e legitimando, pela via da normalização, essa nova ordem que organiza a sociedade.

1 Há um debate não resolvido em torno do uso do termo descolonial ou decolonial. Para um detalhamento deste debate ver o artigo de Pedro Pablo Gómez (2015). Aqui escolhemos o termo descolonial, pois não segue a lógica da aproximação com o termo como é usado em inglês, ainda, cabe lembrar que decolonial é um neologismo em português. Não acreditamos que descolonial se confunda com a ideia de descolonização (outro conceito), assim acreditamos que ao usar a grafia da palavra original em português nos aproximamos mais da corrente teórica descolonial. Quanto às diferenças e aproximações entre os conceitos de descolonial e de pós-colonial, recomendamos a leitura do segundo capítulo do livro de Dailor Sartori (2017). Basicamente o primeiro termo foi criado pelo grupo modernidade/colonialidade constituído por Catherine Walsh, Walter Dignolo, Anibal Quijano entre outras/os e remete à crítica da modernidade como uma época criada a partir da invasão da América no século XIV e o surgimento da lógica eurocêntrica como forma de dominação colonial. Já o segundo conceito foi concebido por vários autores e autoras e cujo livro, *O Orientalismo*, de Edward Saïd é um precursor. Também realiza a crítica do eurocentrismo moderno, buscando fazer emergir as vozes subalternizadas, mas seus escritos se concentram sobre as colônias europeias do século XX. São expoentes autores e autoras como Homi Bhabha e Gayatri Spivak entre muitos outras/os. Enquanto o primeiro termo centra a sua discussão na América e é influenciado pelo conceito de sistema-mundo, marcado pelo marxismo, o segundo privilegia a crítica do discurso colonial e a potencialidade de agência dos sujeitos.

Há uma série de deslocamentos e acoplagens que se produzem aqui. A passagem da aristocracia para a burguesia como classe dominante se deu via um deslocamento do dispositivo da aliança (que marcava os casamentos entre as famílias aristocráticas e mantinha uma casta dominante, ungida por deus) ao dispositivo da sexualidade, que a normaliza, inicialmente aquela da burguesia, assegurando sua legitimidade como classe dominante. Foucault (1976) afirma que o “sangue azul da aristocracia” é substituído, nesse processo, pela “sexualidade da burguesia” (cujo “tipo ideal”, aparece, de forma irônica, no capítulo “Nós, vitorianos” do volume I da *História da Sexualidade*) como marca de dominação. O dispositivo que emerge no século XVIII, mas que se afirma no século XIX, incorpora a técnica da confissão cristã no discurso científico e nas práticas da polícia, da justiça, da medicina, da psiquiatria nascente, da psicanálise e da pedagogia. Há aqui um furor e uma incitação a confessar e falar sobre a sexualidade, locus central da verdade sobre o sujeito. Há uma explosão discursiva que se centra na vigilância da sexualidade como controle da população e do indivíduo na acoplagem da biopolítica e da disciplina (que constituem o biopoder), conduzindo as estratégias de governamentalidade. Nessa passagem da religião para a ciência, se instauram-metamorfoseiam outras hierarquias generificadas, sexualizadas e racializadas na relação europa-colônias que se mantém até hoje nas lógicas da colonialidade do poder e do saber.

Os debates sobre a construção do conhecimento como inscrita em relações de poder e como prática situada de produção de saberes localizados (Haraway, 1995), também aproximaram o grupo dos debates no campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, em especial aquele inspirado pelos Estudos Feministas da Ciência e pela crítica da chamada virada material. De forma bastante genérica, essa produção suspende a ideia de uma verdade natural sobre os corpos sexuados e a concepção da realidade como única, estável e coerente, indicando que, entre outros elementos, as práticas científicas atuam na performance da natureza ao invés de constituírem um espelho desta. A virada material, por sua vez, provoca um deslocamento em direção às práticas semiótico-materiais que produzem as realidades, as quais, invariavelmente, envolvem elementos heterogêneos, como coisas, ferramentas, substâncias, tecnologias, humanos e não humanos, que se coordenam em ontologias múltiplas (Mol, 2003). A análise sobre os processos que produzem esse corpo — que é múltiplo — como algo unificado e constante permite refletir, por exemplo, sobre a patologização e medicalização dos corpos e das identidades, não como efeito de um discurso normativo coeso, mas como um espaço onde a natureza e seus desdobramentos estão em disputa. Nessa disputa, somos também agentes como pesquisadoras e pesquisadores. Atuamos nessas práticas, levamos instrumentos, damos nomes, preenchemos relatórios etc. Isso tudo se trata, como afirmaria Mol (2008), de uma política ontológica.

PRODUÇÃO

Desde sua criação, já foram defendidas doze dissertações de mestrado e três teses de doutorado e supervisionado um pós-doutorado, sendo que há cinco doutoramentos em andamento, quatro mestrados e um pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional. As produções científicas são divulgadas em revistas nacionais e internacionais, contabilizando trinta e cinco artigos, dois livros organizados, trinta e dois capítulos, um dossiê para a revista *Polis e Psique* e múltiplos trabalhos apresentados em congresso nacionais e internacionais. As pesquisas desenvolvidas no NUPSEX têm contado com financiamento do CNPq e outras agências de fomento, através de diferentes editais. Mantemos intercâmbio com diversos núcleos de pesquisa de instituições nacionais e internacionais, como o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NuH), da Universidade Federal de Minas Gerais; Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (Margens), da Universidade Federal de Santa Catarina; Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS (Nepaids), da Universidade de São Paulo; Multiversos, da Universidade de Fortaleza e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU), da Universidade Federal de Pernambuco; Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Clínica de Direitos Humanos, do Centro Universitário Ritter dos Reis, entre outros. Além disso, estabeleceram-se parcerias de pesquisa com a Cátedra de Homofobia da Universidade do Quebec em Montreal e com o Institut de Recherches Interdisciplinaires sur les Enjeux Sociaux, da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris. Como fruto dessas parcerias, temos recebido estudantes para intercâmbio de outros países e de outras regiões do país. O NUPSEX também conta com o subgrupo de pesquisa “Direito, Sexualidade e Gênero”, coordenado pelo professor Roger Raupp Rios. Os autores compõem ainda o GT Psicologia, Políticas e Sexualidades da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), em diálogo e parceria com outros pesquisadores e programas de pós-graduação pelo país.

CRDH

Como fruto do trabalho do NUPSEX/UFRGS e a partir do edital PROEXT, em 2012 criamos o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH). O CRDH tem como objetivos: proporcionar acolhimento e orientação à população LGBT vítima de discriminação, violência e/ou preconceito relacionados à identidade de gênero, orientação sexual e raça; realizar formação e prover assessoria para profissionais das políticas públicas de

educação, saúde, segurança pública e assistência social; assim como desenvolver projetos de formação para escolas de ensino fundamental e médio. O CRDH é também um programa de extensão da UFRGS, que nasceu de um trabalho de formação e atendimento no campo da violência de gênero nas relações de intimidade, iniciado em 2003, em parceria com a Professora Raquel da Silva Silveira (na época vinculada à UNIRITTER).

Ao longo dos anos, com uma equipe interdisciplinar que se renova com a cadência dos tempos de formação universitária, o CRDH vem promovendo um trabalho articulado de ensino, pesquisa e extensão em colaboração com os movimentos sociais, ONGs e setor público. Nessa direção, o Centro promove, anualmente, desde 2011, o seminário “Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas”. O trabalho desenvolvido resultou na publicação de três livros (2013, 2015 e 2018) e na formulação de tecnologias de formação, presenciais e EAD, com as quais já atingiu mais de 20.000 pessoas, direta e indiretamente. Foi responsável pela elaboração de instrumento de avaliação do preconceito contra orientações não heterossexuais e transexualidades/travestilidades na área de saúde, utilizado com mais de 15.000 pessoas em escolas públicas no RS, CE, MG, PE e em Portugal, além da própria UFRGS. Também integrou a comissão de implantação do nome social para travestis e transexuais na Universidade, além disso, participa do Observatório da Homofobia do Estado do RS e é convidado a fazer conferências no CRP-RS, AJURIS-RS, Conferência Municipal LGBT e Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em universidades e órgãos públicos, entre outros espaços, além de ter representado a UFRGS no acordo de cooperação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria de Segurança Pública do RS no combate à homofobia.

NOTAS FINAIS SOBRE UM FAZER EM PROCESSO

Desde 2020, a pandemia de Covid-19 vem repercutindo em diferentes âmbitos da vida cotidiana. Em meio aos retrocessos políticos e econômicos nacionais, no campo da educação, o NUPSEX reafirma seu compromisso em refletir como as humanidades podem ter um papel crucial em relação ao entendimento dos adoecimentos e aos enfrentamentos de situações alarmantes, pensando como os marcadores sociais da diferença e desigualdade (como raça, gênero, sexualidade e corporalidades) perpassam a cultura, tendo em vista a necessidade de (re)aprendermos a viver em conjunto. Endossando que as ciências humanas e sociais são partes fundamentais da ciência e as tentativas de retirá-las de um diálogo articulado com outras áreas reforçam a precariedade de uma noção normativa e limitada em saúde.

As ações do grupo, problematizando os lugares comuns, contribuem para o estabelecimento de novas formas de fazer saúde e de potencializar nossos próprios

conceitos, por uma ciência ampla, múltipla e integral. Nesse sentido, desenvolvemos ações *on-line* de grande abrangência, como os cursos de extensão: “A temática de gênero e sexualidades no cotidiano dos Institutos Federais de Educação”; “CORPOTÊNCIAS: Grupo de Estudos em Diversidades Corporais”; Grupo de estudos infâncias trans. As duas últimas atingiram pessoas de todo país, com demanda de continuidade. Nossas páginas no *Facebook*² e o perfil *@nupsex.ufrgs* no Instagram se configuram, ainda, como formas de comunicação dos trabalhos desenvolvidos na universidade e o público externo.

Acreditamos que núcleos de pesquisa e centros de referência, como os que apresentamos, têm o potencial de estabelecer espaços institucionais para o debate de temáticas urgentes e importantes na (re)democratização das sociedades, assim como de constituir um espaço de sociabilidade, formação e liberdade para uma comunidade acadêmica cada vez mais diversa e criativa. Se os contextos de criação e suas formas e possibilidades de atuação estão inseridos em um panorama nacional mais amplo, as bases teóricas e as temáticas de pesquisa também são inerentes às urgências e aos interesses daquelas que as constituem. Nossas trajetórias no debate da diversidade corporal e funcional, das sexualidades, das dinâmicas raciais e sociais possibilitaram e indicaram a necessidade de estabelecer parcerias, fornecer apoio institucional e auxiliar alunos e seus coletivos, ampliando os espaços de formação para além das salas de aula e dos auditórios; expandindo e legitimando (novas) áreas de conhecimento. As vozerias e algazarras muitas vezes caracterizadas como uma suposta desordem barulhenta, para nós, caracterizam o fazer científico. Essa desordem diz das disputas pelos significados desse espaço e, longe de deslegitimar a sua produção, indicam a potência daqueles que a constituem, que não reconhecem os cânones acadêmicos como sítios do silêncio e da conformação, mas também de transformação de ruído em saberes.

2 <https://www.facebook.com/groups/nupsex>; <https://www.facebook.com/groups/direitonupsex> e <https://www.facebook.com/crdhufrgs>

REFERÊNCIAS

- Brah, A.** (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Butler, J.** (2010). *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales e discursivos del sexo*. Paidós.
- Crenshaw, K. W.** (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity, politics, and violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43, 1241-1299.
- Dussel, E.** 1998. *Un proyecto ético y político para América Latina*, Anthropos.
- Foucault, M.** (1976). *Histoire de la Sexualité*. Vol. I. *La volonté de savoir*. Gallimard.
- Foucault, M.** (1994a) L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In *Dits et Ecrits* (Vol. IV, pp. 708-729). Gallimard.
- Foucault, M.** (1994b) Entretien avec Michel Foucault. In *Dits et Ecrits* (Vol. IV, pp. 513-518). Paris: Gallimard.
- Gómez, P. P. (2015)**. ¿Decolonialidad, descolonialidad o des/decolonialidad? In W. D. Mignolo & P.P. Gómez (Orgs.), *Trayectorias de re-existencia: ensayos en torno a la colonialidad/decolonialidad del saber, el sentir y el creer* (pp. 353-362). Universidad Distrital Francisco Jose de Caldas.
- Haraway, D.** (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.
- Jasanoff, Sheila** (2004). *States of Knowledge: The Co-Production of Science and the Social Order*. Author.
- Lugones, M.** (2008). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.
- Macgarrity, L. A.** (2014). Socioeconomic Status as Context for Minority Stress and Health Disparities Among Lesbian, Gay, and Bisexual Individuals. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(4)383-397.
- Mol, Annemarie** (2003). *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Duke University Press.
- Mol, A.** (2008). Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In *Objetos impuros: experiências em estudos sobre a ciência* (pp. 63-75). Afrontamento.
- Moraes, Marcia O. & Arendt, Ronald João J.** (2013). Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. *Psicol. Estud.*, Maringá, 18(2), 313-321. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200012&lng=en&nrm=iso
- Mignolo, W.** (2002) *Historias locales / diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.
- Nardi, H. C.** (2015). Gênero e Trabalho. In Pedro F. Bendassolli & Jairo Eduardo Borges (Orgs.), *Dicionário de psicologia do trabalho e das organizações* (pp. 357-362). Casapsi.
- Rich, Adrienne** (1993). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In Barbara C. Gelp & Albert Gelp (Eds.), *Adrienne Rich's Poetry and Prose* (pp. 17-44). W.W. Norton & Company.
- Sartori, Dailor** (2017). *Pensamento descolonial e direitos indígenas*. Lumen.